

Educação ainda pode ser 'escada' social

■ Formação escolar ainda ajuda classes C e D a melhorar de vida, mas já não é garantia para ascensão entre os jovens da classe média

SANDRA BALBI

SÃO PAULO – O metalúrgico Ênio Araújo da Silva tem 20 anos e integra um contingente de mais de 2 milhões de jovens brasileiros que são responsáveis pelo sustento da família. Ênio destina a maior parte dos R\$ 940 mensais que recebe como soldador na Volkswagen para pagar o aluguel e as contas de água e luz da casa em que vive com os pais e a irmã, no Parque Novo Oratório, bairro operário de Santo André, no ABC paulista. Filho do pedreiro José Geremias (R\$ 300 mensais) e da faxineira Virgínia (R\$ 120 mensais), Ênio consegue ganhar mais de três vezes o salário do pai pois recebeu dele um privilégio: educação.

Ascensão – “Meu pai sempre lutou para que eu tivesse uma vida melhor. Ele abriu mão de muita coisa para pagar meus estudos. Agora, é a minha vez de colaborar com a família”, diz Ênio com uma maturidade rara na sua geração. A educação formal, que nos anos 70 e 80 foi o trampolim para a ascensão social das camadas médias da população – via universidade e ensino profissionalizante de segundo grau – é hoje a principal escada para as classes C e D galgarem melhores postos de trabalho e condição sócio-econômica. “As empresas estão fazendo seu *upgrading* (melhorando seu padrão de qualidade) e exigem maior escolaridade de seus empregados. Hoje, para ser assessorista é preciso ter curso colegial”, observa o economista Roberto Macedo, presidente da Eletros, a associação que representa os fabricantes de produtos eletroeletrônicos.

O mesmo canal de ascensão, a educação,

mostra-se entretanto cada vez menos eficaz para atender às aspirações da classe média. A massificação do ensino superior nas duas últimas décadas produziu um excesso de profissionais universitários, muitos com formação que deixa a desejar. Para este contingente, as portas de acesso ao mercado de trabalho estão cada vez mais estreitas e a remuneração oferecida não compensa os anos de investimento na formação. O caso do cirurgião-dentista João Paulo de Souza Cabral, 28 anos, é exemplar.

João Paulo formou-se há seis anos pela Universidade Cidade de São Paulo (Unicid), localizada no bairro do Tatuapé, na zona Leste de São Paulo, que mantém uma das 92 faculdades de odontologia do país. É muito difícil estabelecer-se na profissão”, diz ele. Além de ter investido cerca de R\$ 65 mil nos cinco anos de faculdade, João Paulo precisaria gastar mais R\$ 15 mil, no mínimo, para montar um consultório. Sem capital para isso, ele trabalhou inicialmente em consultórios na periferia da capital ganhando R\$ 400 mensais. Tentou, durante um ano, estabelecer-se como vendedor de produtos odontológicos mas desistiu.

Subgerente – Em 1994 jogou a toalha e arrumou um emprego como vendedor na loja Richard's, de roupas masculinas, no Shopping Iguatemi. Sentiu-se aí, na sua praia: o gerente da loja e outro vendedor também eram dentistas expurgados do mercado de trabalho. “Nesta época cheguei a pensar em desistir da profissão”, lembra João Paulo. Não é para menos: ele ganhava então R\$ 1.500, mais de três vezes o que recebia antes saltan-

do de consultório em consultório pela cidade. “Mas, depois que fui promovido a subgerente, percebi que tinha galgado o topo da carreira de vendedor e resolvi investir na minha profissão”, conta ele.

Durante um ano e meio João Paulo juntou algumas economias e deixou a loja para montar seu próprio consultório. Hoje, dois anos após estabelecer-se, seus rendimentos ainda flutuam muito, entre R\$ 500 e R\$ 2.500 mensais. Por isso ele ainda mora com a mãe, que é viúva. “Com o que ganho com o consultório não dá para pensar em casamento ou vida independente”, diz ele.

Perdas – A deterioração da remuneração dos profissionais universitários não é exclusividade dos dentistas. Segundo estudo do economista Ciro Biderman, do Cebrap, 69% dos chefes de família da Grande São Paulo com mais de 16 anos de estudo estavam entre os 10% mais ricos da população, em 1980. Esta proporção diminuiu para 59% em 1991. Outra pesquisa, do Seade-Dieese, mostra que os ganhos no topo da pirâmide estão em queda até hoje. Os 10% mais ricos da população, onde situam-se os diplomados, perderam 28% da renda entre fevereiro de 1985 e fevereiro deste ano, segundo os dados do Seade-Dieese. As perdas foram maiores do que as dos 10% mais pobres, cuja renda encolheu 22% no período (veja quadro). Se a estratificação for um pouco mais ampla e considerar os 25% mais ricos, a perda foi de quase 44% no período.

Sem garantia – Embora para a classe média a educação formal tenha deixado de servir como garantia para o sucesso finance-

iro e profissional, para o conjunto da população ela ainda é um poderoso instrumento para evitar a condição de pobreza. Segundo estudo de Ricardo Paes de Barros e Rosane Mendonça, do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), o nível educacional explica entre 35% e 50% da desigualdade de renda da população brasileira.

As classes C e D adquiriram nos últimos anos uma percepção clara deste processo e foram à luta. “Tenho observado que há uma enorme demanda por conhecimento nas classes C e D e não apenas pela educação formal”, diz Fátima Pacheco Jordão, diretora da Fato, especializada em pesquisa qualitativa. Segundo Fátima, as mulheres de baixa renda, principalmente, associam a perspectiva de um trabalho melhor ao nível educacional.

O mesmo fenômeno parece acontecer com os jovens filhos das famílias mais pobres. A socióloga Felícia Madeira, diretora de análise sócio-econômica da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) diz que “vem caindo de forma surpreendente a proporção de jovens entre 15 e 24 anos que abandonam os bancos escolares”. Segundo dados da Pesquisa de emprego e Desemprego (PED) da Fundação Seade/Dieese em 1985 cerca de 47% dos jovens estavam fora das escolas. Dez anos mais tarde, esse percentual havia caído para algo em torno de 33%. O maior interesse pela escola, segundo Felícia, encontra explicação na queda da renda da família desses jovens. “Em 1985, a renda familiar dos adolescentes que freqüentavam o segundo grau era de sete salários mínimos. Em 1995 caíra

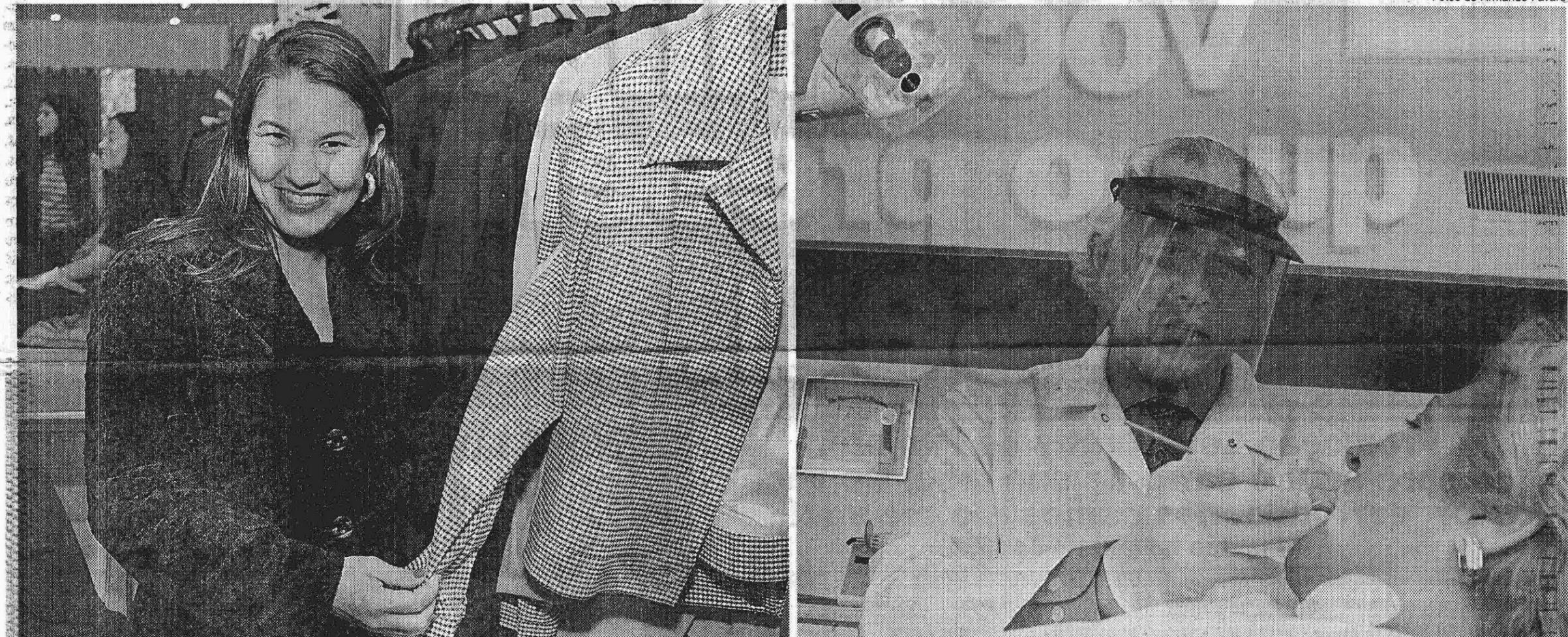
para 3,5 mínimos,” observa a pesquisadora.

Mas, para muitos trabalhadores de baixa renda o conhecimento não é sinônimo apenas de ascensão social. Em suas pesquisas com moradores da periferia de São Paulo, Fátima Pacheco Jordão diz ter identificado um interesse mais difuso por informação e cultura. “Algumas pessoas buscam aulas gratuitas de inglês na Universidade de São Paulo (USP), outras passaram a ler as revistas semanais”, conta ela. “Para muitos, adquirir conhecimento aumenta a auto-estima”, observa.

O operário Ênio Araújo da Silva, da Volkswagen, é, mais uma vez, exemplo desse movimento que está surgindo nas chamadas “classes subalternas”. Depois de cumprir uma jornada de trabalho que começa às 6 horas da manhã e vai até às 15h24, Ênio ainda tem ânimo para enfrentar o curso noturno de Ciências Sociais, na fundação Santo André. A escolha de uma formação que já produziu um presidente da República e uma primeira-dama é, no mínimo, inusitada para um *peão*.

Mas nem passa pela cabeça de Ênio chegar tão longe quanto seus nobres colegas. “Profissionalmente, este curso não me dará retorno. Vou continuar sendo um operário metalúrgico, mesmo. Mas, quero aprender, entender o mundo. Não quero ser mais um dominado pelo sistema”, diz Ênio. Seu sonho não termina com o diploma universitário. “Quero fazer pós-graduação, quem sabe até doutorado. Sei que não tenho chances de crescer socialmente. Mas terei cultura para discutir qualquer assunto, com qualquer pessoa”, conclui.

Fotos de Armando Favaro



Rúbia está satisfeita com a opção feita pelo comércio, após abandonar a Faculdade de Medicina. Muitos descobrem que não teriam a mesma chance de Paulo Tone de conquistar prestígio e bom padrão de vida